

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1 Especialistas em direito e em execuções penais
divergem sobre a eficácia da extensão do período máximo de
encarceramento permitido pela legislação brasileira. Para
alguns, a ameaça de aplicação de penas mais rígidas — e
mesmo à pena de morte — não intimida a maioria dos
criminosos.

7 Outros no entanto louvam a iniciativa por acreditarem
que a mudança seria uma espécie de antídoto contra as
benevolências da progressão de regime, que acaba libertando
condenados tão logo eles cumpram um sexto da pena
comportadamente.

10 Como ocorre na maioria das vezes, os dois lados têm
sua cota de razão.

Considerando que no texto acima, adaptado do **Jornal do Brasil** de 15/12/2010, foram inseridos erros, julgue os itens a seguir.

61 A expressão “no entanto” (l.7) deveria ser isolada por vírgulas.

62 A expressão “tão logo” (l.10) foi empregada de maneira incorreta no texto; sua substituição por **assim que** garantiria a correção gramatical do texto.

63 O trecho “divergem sobre a” (l.2) deveria ser substituído por **diverjem em relação à**.

64 Para se garantir a correção do texto, o trecho “do período máximo de encarceramento permitido” (l.2-3) teria de ser substituído por **da pena máxima de privação de liberdade estabelecida**.

65 O trecho “e mesmo à pena” (l.4-5) deveria ser substituído por **e mesmo da pena**.

1 Homicidas, sequestradores, traficantes de drogas,
pedófilos ou *serial killers* enquadram-se quase sempre naquela
categoria de criminosos que cometem suas barbaridades
independentemente da pena que o Código Penal estipula para
elas. Para esse grupo, certamente os 50 anos de prisão,
propostos recentemente pelo Congresso, não assustam nem
mais nem menos que os 30 atuais.

7 Porém, saber que esses mesmos bandidos, se presos e
condenados por seus crimes, não sairiam da cadeia pelas
próximas cinco décadas traria certo alívio para a população,
que, então, passaria a torcer para que a justiça não lhes
concedesse o benefício de sair antes. Há, no entanto, uma
questão que parece mais crucial e urgente: a estrutura prisional
brasileira.

16 A maioria absoluta das nossas cadeias são sucursais
do inferno na Terra. Não recuperam ninguém, misturam presos
veteranos com iniciantes e negam a quase todos a possibilidade
de reabilitação pelo estudo ou pelo trabalho. Assim, não há
como melhorar o quadro.

Jornal do Brasil, 15/12/2010 (com adaptações).

Com relação aos sentidos e a aspectos morfosintáticos do texto acima, julgue os itens que se seguem.

66 Nas suas ocorrências em “a quase” e em “a possibilidade”, ambas na linha 17, o “a” pertence à mesma classe gramatical de palavras.

67 O pronome “elas” (l.5) é, no texto, elemento de coesão referencial cujo antecedente é “barbaridades” (l.3).

68 Em “se presos” (l.8), a partícula “se” confere ao período a noção de condição.

69 O pronome “lhes” (l.11) refere-se ao antecedente “população” (l.10). O emprego do plural, nesse caso, justifica-se porque a concordância se dá com a ideia de plural que “população” denota.

1 No que se refere ao direito das sociedades ditas
arcaicas ou primitivas, cabe lembrar que toda cultura tem um
aspecto normativo, o qual delimita padrões, regras e valores
que institucionalizam modelos de conduta. Cada sociedade
esforça-se para assegurar uma ordem social específica,
instrumentalizando normas de regulamentação essenciais,
capazes de atuar como sistema eficaz de controle social.
Constata-se que, na maioria das sociedades, a lei é considerada
parte nuclear de controle social, elemento material empregado
para prevenir, remediar ou castigar os desvios das regras
prescritas. A lei indica a presença de um direito ordenado com
base na tradição e nas práticas costumeiras que mantêm a
coesão do grupo social.

7 Falar de um direito arcaico ou primitivo implica
não só ter presente uma diferenciação entre pré-história e
história do direito, mas também, nos horizontes de diversas
civilizações, associar o momento do surgimento dos primeiros
textos jurídicos à época do aparecimento da escrita.

16 Faltam ainda uma explicação cientificamente correta
e respostas conclusivas acerca das origens de grande parte das
instituições jurídicas no período pré-histórico. O direito arcaico
pode ser interpretado com base na compreensão do tipo de
sociedade que o gerou. Se essa sociedade se fundamenta no
princípio do parentesco, nada mais natural do que considerar
que a base geradora do sistema jurídico se encontra,
primeiramente, nos laços de consanguinidade, nas práticas de
convívio familiar de um grupo social unido por crenças e
tradições.

28 Nesse sentido, é válido dizer que a lei primitiva da
propriedade e das sucessões teve sua origem, em grande parte,
na família e nos procedimentos que a circunscreveram, como
as crenças, os sacrifícios e o culto aos mortos.

Antonio Carlos Wolkmer. O direito nas sociedades primitivas. In: Antonio Carlos Wolkmer (org.). Fundamentos de história do direito. 4.ª ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2008, p. 1-2 (com adaptações).

Acerca dos sentidos e de aspectos gramaticais do texto acima, julgue os itens subsequentes.

70 De acordo com o texto, os primeiros textos jurídicos surgiram logo com as primeiras sociedades letradas, o que reforça a ideia de que o direito depende da escrita.

71 Na linha 9, o referente de “elemento material” é o mesmo de “controle social”.

72 A expressão “ter presente” (l.15) tem, no texto, o sentido de **levar em conta** e pode, portanto, ser substituída por **considerar** ou **atentar para**, sem que haja prejuízo para a correção gramatical ou para o sentido do período em que se encontra.

73 Na linha 19, seria aceitável e correto o emprego da terceira pessoa do singular do verbo **faltar** como opção à forma plural utilizada no texto.

74 O trecho “nas práticas de convívio familiar de um grupo social unido por crenças e tradições” (l.26-28) pode ser interpretado como uma explicação para a expressão que o antecede, “laços de consanguinidade”; nesse caso, a vírgula empregada na linha 26 poderia ser corretamente substituída por dois-pontos.

75 Embora o texto tenha como foco o direito arcaico, é correto inferir que as diferenças entre os diversos sistemas jurídicos existentes têm origem nas especificidades culturais e históricas das sociedades que respectivamente os adotam.

Considerando que os fragmentos incluídos nos itens seguintes, na ordem em que são apresentados, são partes sucessivas do texto **O direito nas Sociedades Primitivas**, de Antonio Carlos Wolkmer, julgue-os quanto à correção gramatical e ao emprego de elementos coesivos.

- 76 O caráter religioso do direito arcaico, imbuído de sanções rigorosas e repressoras, permitia que os sacerdotes fossem também legisladores e os primeiros intérpretes e executores da lei.
- 77 Nas manifestações mais antigas do direito, o ilícito confundia com a quebra da tradição e com a desobediência àquilo que a divindade havia proclamado por meio de regras reveladas aos sacerdotes.
- 78 O direito antigo não é resultante das decisões de uma única pessoa, haja visto ter se imposto a qualquer tipo de legislador. Nasceu espontânea e inteiramente dos antigos princípios que constituíram a família e das crenças religiosas.
- 79 Em um tempo em que inexistiam legislações escritas e códigos formais as práticas primárias de controle eram transmitidas oralmente, marcadas por revelações sagradas e divinas.

No direito arcaico, as sanções legais estavam profundamente associadas às sanções rituais. O direito manifestava-se não por um conteúdo, mas pela repetição de fórmulas, por meio dos atos simbólicos, das palavras sagradas, dos gestos solenes e da força dos rituais.

Idem, ibidem (com adaptações).

O item subsecutivo apresenta reescritura do texto acima. Julgue-o quanto à correção gramatical e à manutenção do sentido original.

- 80 As sanções legais do direito arcaico estavam profundamente vinculadas a ritos de punição. Mais que o seu conteúdo, o que caracterizava o direito era a repetição das fórmulas, dos atos simbólicos, das palavras sagradas, dos gestos solenes e da força dos rituais.

Os trechos incluídos nos itens de **81 a 84** são partes de um texto adaptado do jornal **O Globo** de 14/12/2010. Julgue-os quanto à correção gramatical.

- 81 Foi a Índia que quebrou agora o impasse sobre o monitoramento de emissões, e a China que propôs soluções para a retomada de Kyoto. Ambos os países confirmaram ainda sua disposição de considerar metas compulsórias de cortes de emissões. Cancún não alcançou o acordo abrangente que muitos ativistas e governos desejavam, mas podem ter estabelecido a plataforma sob a qual esse compromisso poderá ser construído.
- 82 A Conferência de Cancún criou mecanismos de incentivo à preservação de grandes florestas tropicais em países como Brasil, Indonésia e Congo, o que reduziu as emissões poluentes geradas pelo desmatamento, responsáveis por cerca de 15% da liberação global dos gases que provocam o efeito estufa.
- 83 O mecanismo denominado redução de emissões por desmatamento e degradação teve seus aspectos técnicos definidos e sua regulamentação concluída. Digna de registro também foi a mudança de postura da China e da Índia em relação à inflexibilidade exibida em Copenhague.

- 84 Os dispositivos do Protocolo de Kyoto, arcabouço para toda ação global de combate às mudanças climáticas espiram em 2012. Para que sua próxima fase comece a vigorar no início de 2013, todos os países terão de chegar a um acordo definitivo em Durban. Novos atrasos terão custo inimaginável para as futuras gerações.

1 O que salvou a décima sexta conferência das Nações Unidas sobre mudanças climáticas, concluída no balneário mexicano de Cancún, foi o fracasso da reunião anterior, em 4 Copenhague, há um ano. Da COP-15, conforme a terminologia oficial, esperava-se que os quase 200 países participantes — a começar dos que mais lançam na atmosfera dióxido de carbono 7 (CO₂) e outras substâncias causadoras do aquecimento global, como os Estados Unidos da América (EUA) e a China — enfim se comprometessem com metas obrigatórias de redução 10 dos gases que provocam o efeito estufa.

Para que o aumento da temperatura terrestre não ultrapasse o limite considerado manejável de 2 °C no fim do século, os cientistas convencionaram que o ponto de partida 13 seria diminuir em 9 milhões de toneladas de CO₂ o volume de emissões previsto para 2020. Mas o diálogo de surdos entre as 16 potências industrializadas e as economias emergentes sobre o que deveria tocar a cada qual para se chegar a esse objetivo conduziu Copenhague a um fiasco desalentador. O desastre 19 colocou em xeque o próprio princípio da ação conjunta da comunidade internacional, sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU), para o combate à degradação do clima.

22 Cancún serviu para dar uma sobrevida ao processo. Dali não saiu nenhuma decisão com resultados palpáveis para a contenção das emissões, tampouco os grandes poluidores 25 mudaram de atitude diante do problema global pelo qual são os principais responsáveis. Os EUA, pior ainda, retrocederam. No entanto, notadamente graças à chanceler mexicana Patricia 28 Espinosa, presidente da COP-16, a conferência acabou aprovando um “pacote de intenções” — os Acordos de Cancún —, cuja principal virtude é a tentativa de romper a inércia de 31 Copenhague, restabelecendo, assim, a confiança na abordagem multilateral da crise climática.

O Estado de S.Paulo. 14/12/2010 (com adaptações).

Com relação às ideias e a aspectos gramaticais do texto acima, julgue os itens subsecutivos.

- 85 Mantêm-se a correção gramatical do período e as informações originalmente veiculadas no texto se a expressão “a égide” (ℓ.20) for substituída por qualquer uma das seguintes: o apoio, a sustentação.
- 86 A expressão “No entanto” (ℓ.26-27) confere ao período em que ocorre a noção de condição.
- 87 O segmento “concluída no balneário mexicano de Cancún” (ℓ.2-3) está entre vírgulas porque é oração reduzida de participípio intercalada na oração principal.
- 88 Mantêm-se a correção gramatical do período ao se substituir os travessões das linhas 5 e 8 por vírgulas.
- 89 Todas as ocorrências de **para** (ℓ.11, 15, 17 e 21) conferem ao período em que se encontram a noção de finalidade.

Considerando que os trechos incluídos nos itens seguintes são partes de um texto adaptado de **O Estado de S.Paulo** de 13/12/2010, julgue-os quanto à correção gramatical. Nesse sentido, considere que a sigla FIDA, sempre que utilizada, se refere ao Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola.

- 90 O desempenho da agricultura brasileira, de acordo com o critério do FIDA, são muito superiores ao dos principais concorrentes do país nos mercados regional e mundial. O aumento da produtividade do trabalho rural na Argentina no período considerado foi de 60,9%, menos da metade da evolução da produtividade brasileira; no México, de 32,2%, apenas um quarto do resultado brasileiro; na China, de 81,6%; e, na Índia, de 27,3%.
- 91 A abundância de recursos naturais (como solo, água e luz), o aumento da demanda internacional, sobretudo dos países asiáticos, e o aumento da produtividade estão entre os fatores que têm impulsionado de maneira decisiva a atividade rural no Brasil nos últimos anos.
- 92 É evidente que isso só foi possível graças às pesquisas conduzidas pela EMBRAPA, sobretudo no desenvolvimento de sementes geneticamente modificadas e de variedades para as diferentes regiões do país, além de seu trabalho de campo junto aos agricultores, estimulando a adoção de técnicas mais adequadas de cultivo e de gestão.
- 93 Em uma lista de cerca de 120 países pobres e em desenvolvimento, o Brasil foi o que registrou o maior aumento (123,7%) da produtividade do trabalho agrícola entre 1988 e 2008, o que confirma o grande avanço da agricultura brasileira no período, de acordo com um estudo sobre o papel da agricultura na redução da pobreza no mundo elaborado pelo FIDA — uma organização ligada a ONU.
- 94 De todos os demais países analisados pelo FIDA, apenas Belize também registrou aumento de mais de 100% — o número exato é 116,7%. Mas é preciso ressaltar que em Belize há apenas 30 mil trabalhadores no campo, ou menos de 0,3% dos 11,93 milhões de trabalhadores rurais brasileiros, e que sua produção agrícola, de cerca de US\$ 450 milhões por ano, corresponde à pouco mais de 1% da brasileira, de quase US\$ 40 bilhões anuais.

Os trechos incluídos nos itens de 95 a 99 foram adaptados do jornal **Zero Hora** – RS de 12/12/2010. Julgue-os quanto à correção gramatical e à adequação para integrar a correspondência oficial indicada entre parênteses. Nesse sentido, considere que a sigla IPEA, nos casos em que é empregada, refere-se ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

- 95 As pessoas que não dominam minimamente a linguagem escrita acabam sendo excluídas de muitas oportunidades para ter uma vida digna. Basta atentar para outra informação divulgada pelo IPEA, de que 93% dos iletrados brasileiros localizam-se na faixa de renda de até dois salários mínimos. Em sua ampla maioria, os analfabetos têm dificuldades de convívio social, sentem-se diminuídos por essa condição e são naturalmente botados fora pelo mercado de trabalho, uma vez que testes e entrevistas para emprego baseam-se fundamentalmente na palavra escrita. (Parecer)
- 96 Estudo divulgado pelo IPEA revela que o número absoluto de analfabetos com quinze anos de idade ou mais no país caiu 7% entre 2004 e 2009, o que representa cerca de um milhão de iletrados a menos nesse período. O mesmo levantamento, feito a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2009, sinaliza que o país ainda tem quatorze milhões de habitantes dessa faixa etária que não sabem ler nem escrever — um contingente equivalente à população do Chile. (Relatório)

- 97 Embora o país venha desenvolvendo programas de combate ao analfabetismo, o recente levantamento evidencia a lentidão dos avanços. Se for mantido o ritmo registrado nos últimos cinco anos, o Brasil não conseguirá alcançar a taxa prevista na Conferência Mundial de Educação de Dacar, de 6,7% em 2015 — meta resultante do acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Para recuperar o tempo perdido, o ministro da Educação solicita o apoio dos prefeitos de municípios localizados nas áreas rurais, onde as taxas de analfabetismo adulto são maiores. (Ofício)
- 98 A verdade é que as políticas públicas voltadas para a alfabetização de jovens e adultos não estão apresentando resultados satisfatórios, especialmente em decorrência de questões socioeconômicas, já que a maioria dos estudantes tem dificuldade para acochambar trabalho, sustento da família e estudo. Um dado especialmente alarmante é o de que a maternidade precoce afeta um terço das meninas de quinze a dezessete anos de idade que estão fora da escola. (Parecer)
- 99 Além de revigorar o programa de educação de jovens e adultos, com currículos mais atraentes e alternativas de formação profissional, o país precisa fortalecer a visão de que a escola é o caminho mais adequado para o desenvolvimento individual e para a construção de um país melhor. Também é importante desenvolver a ideia de que educação não é apenas dever de governo, mas do Estado e da sociedade, sendo indispensável maior envolvimento das famílias com a escola. (Relatório)

1 Há boas notícias vindas da frente de combate à morosidade da justiça. Em um tempo marcado pela popularização dos recursos da informática e da Internet, foi ficando cada vez mais anacrônico o aspecto soturno e as montanhas de papel das repartições e cartórios que ainda caracterizam boa parte dos diversos escaninhos e instâncias do Poder Judiciário. Mas, depois de se arrastar por anos, o processo de informatização da justiça dá sinais de avanços animadores. E, como ocorreu na maioria dos setores da iniciativa privada, são claros os indícios de que, uma vez transpostas as primeiras etapas de implantação dos sistemas informatizados e de treinamento do pessoal, as respostas a essa modernização são rápidas e irreversíveis.

Apenas quatro meses depois de passar a receber os autos por meio digital e três após inaugurar a distribuição de processos exclusivamente por essa via, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) já está colhendo frutos que atestam os acertos da inovação. O tribunal já autuou mais de 30 mil processos eletrônicos e, desse montante, 4 mil foram decididos por despacho de um único ministro (forma monocrática). Em sua maioria, esses processos referem-se a recursos em tramitação na presidência e vice-presidência da casa. No mesmo período, os órgãos colegiados do TST julgaram 3.559 casos por meio eletrônico. O tribunal comemora os ganhos em celeridade e economia obtidos desde o início das operações digitais. Um exemplo foi a estreia, em 10 de setembro, da distribuição eletrônica de processos, quando 1.440 processos chegaram a seus destinatários em poucos minutos.

Estado de Minas, 13/12/2010 (com adaptações).

A respeito das ideias, da estruturas linguísticas e dos mecanismos de coesão do texto acima, julgue os itens a seguir.

- 100 A expressão “essa via” (l.16) é elemento coesivo que retoma o antecedente “distribuição” (l.15).
- 101 Mantém-se a coerência textual ao se substituir a palavra “anacrônico” (l.4) pela expressão **em desacordo com a atualidade**.
- 102 A palavra “soturno” (l.4) está sendo empregada com o sentido de **solitário, abandonado, isolado**.
- 103 Mantém-se a correção gramatical do período ao se eliminar a preposição “de” em “indícios de que” (l.10).

1 **Poeminha Dodói**

Quando os caras tão doente,
Vêm a mim;
4 Eu olho eles, espeto eles,
Corto eles.
Eles curam ou não curam,
7 Vivem ou vão pro além.
Qué queu acho?
Eu cobro,
10 E tudo bem.

Millôr Fernandes. **Poemas**. Porto Alegre: L&PM, 2001, p. 166.

Com relação aos sentidos do poema acima e ao nível de formalidade da linguagem nele empregada, julgue os itens a seguir.

- 104 Em “Qué queu acho?” (v.8) o autor como recurso poético, critica e ironiza a fala incorreta das palavras.
- 105 O termo “**Dodói**”, no título do poema, pertence à linguagem oral infantil, por isso configura-se como vocábulo coloquial e informal, sendo um recurso para conferir humor ao texto.
- 106 O termo “tão” (v.2), é uma redução da forma verbal **estão** e, próprio da linguagem oral informal, exigiria que o termo subsequente “doente” fosse flexionado no plural.
- 107 Em “Eu olho eles, espeto eles,/Corto eles” (v.4-5), o pronome pessoal “eles” ocupa a função de objeto direto, estrutura própria da linguagem oral informal e coloquial. Na linguagem culta escrita, essa estrutura seria inaceitável.
- 108 Em “Eles curam ou não curam” (v.6), o sentido do verbo **curar** exigiria, se estivesse registrado na linguagem culta escrita, o pronome **se**, pois, no contexto, não é transitivo direto, mas pronominal.

1 O profissional da área jurídica é, entre todos, aquele que mais utiliza a palavra como seu instrumento. E ela deve ser, dentro de um texto, necessária e suficiente. É a palavra que instaura o direito e o torna específico; é a palavra que solicita, é a palavra que concede ou nega. Tudo se resolve pela palavra e com a palavra. Compete, pois, que ela seja a justa medida de nossas ideias e de nossa vontade. Estamos habituados a escutá-la em todo seu fulgor no tribunal do júri, mas é no cotidiano do foro que ela assume sua função mais precisa, que é a palavra escrita. *Verba volant, scripta manent*, isto é, se a palavra na sua forma oral é efêmera, é na sua expressão escrita que ela perpassará os anos e as gerações. Veja-se o rico acervo de leis e das doutrinas romanas: chegaram até nós pelo milagre da forma reduzida a texto.

Luiz Antonio de Assis Brasil. **Introdução**. In: Celestina Vitória Moraes Sytia. **O direito e suas instâncias linguísticas**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2002. p. 15 (com adaptações).

Acerca dos sentidos e da forma de organização e apresentação do texto acima, julgue os itens de 109 a 114.

- 109 O vocábulo “pois” (l.6) pode ser substituído, sem que haja prejuízo ao sentido ou correção gramatical do texto, por **dessarte, conquanto** ou **portanto**.
- 110 No trecho “Estamos habituados (...) palavra escrita” (l.7-10), o autor cria uma oposição entre a linguagem usada no júri e a linguagem do cotidiano forense: aquela, embora mais intensa que esta, pode pecar pelo exagero e pela imprecisão.
- 111 O uso de itálico na expressão “*Verba volant, scripta manent*” (l.10) justifica-se pela necessidade de se marcar, no texto, palavras que não pertencem ao léxico da língua portuguesa.
- 112 Infere-se do texto que o leitor a que ele se dirige é o “profissional da área jurídica” (l.1) e que o autor se inclui nessa categoria, posicionamento que se reflete no emprego das formas plurais “nossas”, “nossa” e “Estamos”, todas na linha 7.

- 113 Se a forma verbal “chegaram” (l.13) fosse substituída por **chegou**, o trecho permaneceria correto, mas haveria alteração em suas relações semânticas e sintáticas.
- 114 Na última linha do texto, o vocábulo “reduzida” tem o sentido de **resumida** e refere-se ao fato de a linguagem escrita ser menos prolixa que a linguagem oral.

1 Entre os crimes propriamente militares — aqueles tipificados no Código Penal Militar (CPM) e que somente podem ser cometidos por militares no exercício de suas atribuições funcionais —, tem aqui destaque aquele de maior repercussão na tropa e de sérias consequências para a manutenção da disciplina e da operacionalidade das Forças Armadas: a deserção. Esse delito é definido no CPM como o ato de “ausentar-se o militar, sem licença, da unidade em que serve, ou do lugar em que deve permanecer, por mais de oito dias” (CPM, art. 187).

No que se refere à gravidade do delito em questão, alguns estudiosos entendem haver excessivo rigor no tratamento dispensado ao desertor, como, por exemplo, a prisão imediata, após sua captura ou apresentação voluntária, por período de até sessenta dias, conforme previsto no Código de Processo Penal Militar (CPPM). Entretanto, para o militar responsável pela manutenção da operacionalidade do efetivo que lhe é confiado como comandante de fração, subunidade ou unidade, a deserção apresenta elevado grau de potencial ofensivo. O militar é treinado para cumprir missões por vezes arriscadas e que podem trazer em seu âmago perigo também para os outros integrantes do grupo que comanda. A nação nele investe e dele espera a retribuição de sua missão constitucional. Sua ausência representará um vácuo no organismo a que pertence.

Assim, a deserção é um crime gravíssimo para as instituições militares, porquanto atinge diretamente um de seus pilares básico: a disciplina. Tanto é verdadeira essa afirmação que a própria lei substantiva castrense estabelece para esse tipo de delito criminal, em tempo de guerra e em presença de inimigo, sanções que podem ir de um mínimo de vinte anos de reclusão à pena capital.

Max Hoertel. **Crimes propriamente militares: a deserção**. In: STM em Revista, ano 3, n.º 4, jul./dez./ 2006. P. 16-7. Internet: <www.stm.jus.br> (com adaptações).

Com relação às ideias e estruturas morfossintáticas do texto acima, julgue os próximos itens.

- 115 A expressão “lei substantiva castrense” (l.29) refere-se ao documento legislativo que prevê os delitos militares e está, no texto, ligado ao CPPM.
- 116 No primeiro período do texto, o trecho entre travessões explica o que deve ser entendido por “crimes propriamente militares”, e o autor poderia ter optado por colocá-lo entre vírgulas ou entre parênteses, sem incorrer em erro gramatical.
- 117 As palavras “desertor” (l.13) e “integrantes” (l.22) são ambas formadas por processo de derivação sufixal em que os respectivos sufixos evidenciam o sentido de agente.
- 118 Sem prejuízo para a sua correção gramatical e o seu sentido, o período “No que se refere (...) Penal Militar (CPPM)” (l.11-16) poderia ser reescrito da seguinte forma: Quanto à gravidade da deserção, há os que comungam da opinião de que a punição aplicada ao desertor é por demais rigorosa, como ocorre com os que são capturados ou se apresentam de livre vontade após sessenta dias e são imediatamente presos, nos termos do Código de Processo Penal Militar (CPPM).
- 119 Em “A nação nele investe e dele espera a retribuição de sua missão constitucional” (l.22-23), há dois termos que desempenham a função de sujeito: “A nação” e “a retribuição de sua missão constitucional”.
- 120 Entende-se do último parágrafo do texto que as sanções a que o militar desertor for condenado serão aplicadas na presença do inimigo que ele deveria combater.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado.
- Na **folha de texto definitivo**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

No direito, a linguagem estabelece relações entre pessoas e grupos sociais, faz emergir e desaparecer entidades, concede e usurpa a liberdade, absolve e condena réus. Um compromisso, antes inexistente, pelo uso da linguagem, origina-se no direito; um novo órgão estatal surge pela utilização da palavra certa, pela pessoa certa; um procedimento legal é instituído no novo código processual em gestação, poderes são conferidos etc. Enfim, algo diferente acontece no panorama delineado pelo direito, porque foi realizado um ato jurídico mediante um ato de fala, ou seja, a linguagem determina mudanças no mundo legalmente estruturado.

A linguagem jurídica não é homogênea nem unívoca, consiste em várias realizações dessa linguagem em diferentes tipos de textos produzidos por múltiplos autores e dirigidos a uma grande variedade de destinatários. Na doutrina, por exemplo, é o jurista que fala sobre o direito, usando uma metalinguagem para emitir comentários sobre conceitos e desenvolver teorias sobre a aplicação de princípios jurídicos. Já no processo decisório, o juiz, em pleno uso de suas atribuições, declara atos válidos, sentencia indivíduos culpados ou inocentes. Na legislação, o legislador constrói entidades jurídicas, distribuindo poderes, ordenando, permitindo ou proibindo comportamentos.

Virgínia Colares. **Apresentação: por que a linguagem interessa ao direito?** In: Virgínia Colares (Org.). **Linguagem e Direito**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010, p. 11-3 (com adaptações).

Considerando que o texto acima tem caráter unicamente motivador, redija texto dissertativo acerca do tema a seguir.

RELAÇÕES ENTRE DIREITO E LINGUAGEM: MUDANÇA E(OU) CONTINUIDADE

Em seu texto, aborde, necessariamente os seguintes aspectos:

- ▶ direito e linguagem como expressões culturais;
- ▶ papel da linguagem no mundo jurídico;
- ▶ efeitos do uso da linguagem nas relações sociais.

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	